

Exma. Sr.ª Chefe de Gabinete do Presidente da Assembleia da República

Junto envio nota relativa à admissão da presente iniciativa legislativa, para efeitos de despacho pelo Sr. Presidente da Assembleia da República, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 16.º do RAR.

<b>Forma da iniciativa</b>	Projeto de Lei
<b>Nº da iniciativa/LEG/sessão:</b>	<a href="#">451/XIII/2.ª</a>
<b>Proponente/s:</b>	Um Deputado do Partido Pessoas-Animais-Natureza (PAN) – Deputado único representante de um partido.
<b>Assunto:</b>	<b>Reforça os direitos dos consumidores no que diz respeito ao consumo de bens alimentares.</b>
<b>Audição dos órgãos de governo próprio das regiões autónomas nos termos do artigo 142.º do Regimento, para os efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 229.º da Constituição:</b>	Parece não se justificar nesta fase, considerando que a iniciativa será discutida na generalidade na sessão plenária da próxima quarta-feira.*
<b>Comissão/ões competente/s em razão da matéria:</b>	<b>Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas (6.ª), com eventual conexão com a Comissão de Agricultura e Mar (7.ª).</b>
A apresentação desta iniciativa cumpre os requisitos formais de admissibilidade previstos na Constituição e no Regimento da Assembleia da República.	

**Nota:**

O proponente solicita o agendamento da iniciativa para a **reunião plenária do dia 15 de março**, por arrastamento com o Projeto de Lei n.º 438/XIII/2.ª (PSD) Determina a sujeição dos litígios de consumo de reduzido valor económico à arbitragem necessária, quando tal seja optado pelo consumidor, e determina a obrigatoriedade de constituição de advogado nas ações de consumo. Assim, **parece não se justificar, nesta fase, a sua baixa à comissão competente**, por não haver tempo útil para a mesma se pronunciar.

\* Assinala-se que o projeto de lei visa alterar o Decreto-Lei n.º 26/2016, de 9 de junho, que indica, no seu preâmbulo, que foram ouvidos os órgãos de governo próprio das regiões autónomas.

A assessora parlamentar,  
Sónia Milhano (Extensão: 11822)

Divisão de Apoio ao Plenário  
Assembleia da República, 13 de março de 2017